



MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

DO PSD PARA O PAÍS

37º CONGRESSO NACIONAL DO PSD



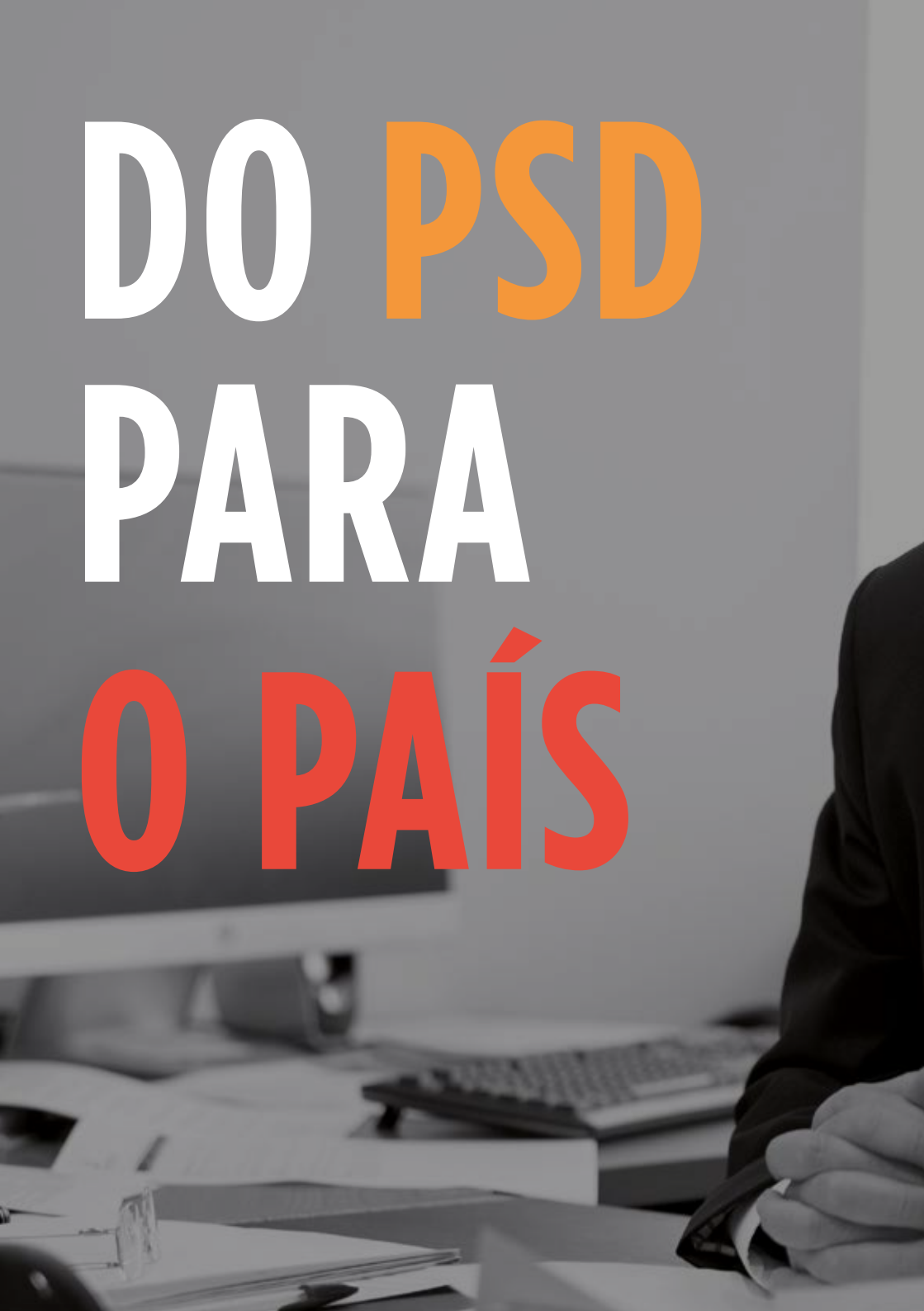
RUI RIO
É HORA DE AGIR



DO PSD

PARA

O PAÍS





ÍNDICE

Ver mais longe para traçar o rumo certo	07
Os grandes desafios das sociedades modernas	09
Os problemas e os desafios de Portugal	11
Os pilares fundamentais do projeto social-democrata	14
Desenvolvimento como liberdade e dignidade	16
Desenvolvimento como bem-estar e sustentabilidade	18
Desenvolvimento, conhecimento e inovação	20
Com a Europa, rumo à sociedade do conhecimento e do bem-estar	23
Por uma ética da ação política	25
Uma Nação coesa e aberta ao Mundo	28
Portugal, país europeu de vocação atlântica	28
Portugal, um país aberto ao mundo	30
Um Estado forte e organizado que liberte e proteja os cidadãos	32



Uma sociedade mais equitativa e mais solidária	35
Desenvolvimento social	36
Educação e Cultura	38
Saúde	40
Bem-estar	42
Uma economia mais dinâmica e competitiva	44
Finanças públicas	45
Crescimento, convergência e emprego	46
Política ambiental e sustentabilidade	48
Um partido capaz de interpretar a vontade dos Portugueses e de concretizar as reformas adiadas	50
PSD – Um partido reformista	51
PSD – Um partido de bases	53

A Moção de Estratégia Global que aqui se apresenta aos militantes do PSD cumpre uma prática que vem desde a fundação do partido, e que visa apresentar as linhas de ação política que o presidente do PPD/PSD e a sua direção nacional se propõem seguir ao longo do seu mandato.

Esta é, pois, a proposta de moção política que é colocada à discussão de todos os militantes, e que, por imperativo estatutário, deverá ser apreciada e votada no congresso de fevereiro, subsequente às eleições diretas de janeiro próximo.

Uma moção política não é um programa partidário, e muito menos um programa de governo. É um documento que resulta de uma reflexão sobre a realidade política portuguesa no tempo que passa, e que implica desde logo uma análise de diagnóstico aos principais constrangimentos que estão a dificultar o desenvolvimento e a modernização do país, visando a melhoria do bem-estar de todos os portugueses, qualquer que seja a sua condição.

Não é, pois, este o momento para apresentar as propostas setoriais de um programa partidário, e ainda menos um programa de governação. Esses serão documentos que a seu tempo, e no lugar certo, serão apresentados ao partido e ao país. De resto, são compromissos que, pela sua natureza, devem ser cuidadosamente preparados por equipas setoriais, com o contributo de todos os militantes que o quiserem fazer, de todos os órgãos do partido, (concelhios, distritais e nacionais), e com a ajuda de especialistas sobretudo nas áreas de elevada complexidade técnica. Os partidos não podem continuar a fazer um imenso rol de promessas simpáticas que, depois, ficam pelo caminho, com o argumento de que “se desconhecia a grave realidade que se herdou”.

Cumpre-me, neste momento, deixar um agradecimento muito sincero a todos os que contribuíram com as suas ideias para a elaboração desta moção, e sobretudo à equipa que comigo trabalhou para a versão final do documento, sob a orientação empenhadíssima do nosso companheiro, professor doutor David Justino.



VER MAIS LONGE PARA TRAÇAR O RUMO CERTO

Portugal sempre se supera quando se mobiliza para um propósito e traça um rumo certo para o alcançar. Fê-lo com a implantação e consolidação do regime democrático, quando lutou pela liberdade contra velhos e novos totalitarismos. Fê-lo quando ambicionou integrar e participar de pleno direito no projeto europeu. Fê-lo quando se quis libertar das amarras do atraso económico e social, convergindo para os padrões dos nossos parceiros europeus. Em todos esses desafios, o PSD – Partido Social Democrata teve um papel decisivo na sua concretização e por isso sempre mereceu a confiança dos Portugueses que nele reconheceram os valores, os princípios e as ideias capazes de concretizar esses propósitos.

Diferente tem sido a história política de Portugal no século XXI. Entre a euforia e o desespero, Portugal deixou de convergir com a Europa, perdeu as oportunidades de se reformar e apetrechar para lidar com os novos desafios da globalização, viu o Estado tornar-se mais débil e inconsequente, as suas instituições desajustadas às novas realidades sociais e o regime político mais desacreditado. Embalados pela ilusão do dinheiro barato centrámo-nos na distribuição em detrimento da produção de riqueza, no consumo em sacrifício da poupança e do investimento, na comunicação propagandística para disfarçar a inação, na polémica estéril para esconder a incapacidade de tomar decisões.

Das duas vezes que no presente século o PSD foi chamado a assumir responsabilidades governativas fê-lo em contextos adversos forçados por graves crises económicas e financeiras.

Em ambas não governou mais que o tempo necessário a reequilibrar as contas públicas, a lançar algumas reformas que se tornaram decisivas e a sanear os desmandos dos seus antecessores. Aos primeiros sinais de alívio, logo voltámos à velha política, adiando as reformas necessárias e respondendo com retórica e mais despesa pública o que deveria ser feito com ação e ponderação.

Foram quase duas décadas em que os partidos e os políticos não conseguiram conceber e transmitir uma visão inspiradora, coerente e convincente, capaz de mobilizar os Portugueses

para uma sociedade do futuro. A ação meritória de alguns dos governantes sociais-democratas, nacionais e regionais, bem como dos nossos autarcas, não foi suficiente para construir essa

visão de futuro e dar continuidade a um projeto inovador que ganhasse e sustentasse a confiança dos Portugueses.

Por isso é hora de agir e de construir uma visão do que pretendemos ser como País e como Nação. É hora de mobilizar os Portu-

gueses e com eles restabelecer a confiança e a esperança num futuro melhor. Para isso é urgente ver mais longe e escolher o rumo certo para concretizar esse desígnio. O PSD – Partido Social Democrata tem de voltar a assumir a responsabilidade de romper com a indecisão e a inação e abrir caminho para a construção dessa nova sociedade.

É hora de mobilizar os Portugueses e com eles restabelecer a confiança e a esperança num futuro melhor.

OS GRANDES DESAFIOS DAS SOCIEDADES MODERNAS

São enormes os desafios que as últimas décadas colocaram às sociedades, às economias e aos estados.

- A globalização estabeleceu um novo quadro nas relações internacionais com efeitos diretos e profundos na organização das sociedades, nos sistemas de valores e das instituições nacionais. Existe uma nova configuração das forças e dos centros de poder dominantes à escala global que obriga a uma reanálise do posicionamento do “mundo ocidental” face aos desafios colocados pela influência crescente do “leste”, o fortalecimento estratégico da China e o reposicionamento das economias e sociedades do hemisfério sul no contexto internacional.

- Hoje vivemos num mundo mais inseguro e mais incerto, onde o terrorismo, as redes de tráfico (drogas, armas e mesmo seres humanos) e os conflitos atípicos subvertem o poder dos estados, a autoridade das instituições, a liberdade, o bem-estar e a dignidade dos seres humanos, bem como a coesão das suas comunidades.

- Os riscos crescentes associados às alterações climáticas e aos desequilíbrios ambientais aumentaram a incerteza e a necessidade de reformular os modelos de desenvolvimento muito focados na satisfação das necessidades materiais do presente, mas limitando a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

- As sociedades mais avançadas enfrentam já as consequências do envelhecimento das populações, da quebra sustentada da natalidade e da consequente incapacidade de substituição das gerações. Portugal é, entre os países desenvolvidos, aquele que apresenta indicadores mais desfavoráveis.

- As sucessivas vagas de inovação tecnológica acentuaram as disparidades entre os que concebem e produzem essas novas tecnologias e os que apenas as utilizam e consomem. O conhecimento, a investigação científica e as tecnologias digitais tornaram-se os novos ativos estratégicos cuja valorização é indispensável a qualquer modelo de desenvolvimento.

- O modelo de estado nacional enfrenta uma evidente desadequação de escala: é pequeno e incapaz de enfrentar por si só os grandes problemas da Humanidade, e grande demais para resolver com eficácia e satisfação os pequenos problemas dos cidadãos. Por isso terá de ser pensado em função de uma maior cooperação internacional e, simultaneamente, de uma maior descentralização dos seus poderes e competências.

- Adensam-se os sinais de decomposição e fratura dos regimes democráticos ocidentais perante a emergência dos populismos e dos movimentos antissistema perante a evidente crise de legitimidade e de representação

que afetam os partidos políticos tradicionais. O descrédito e os múltiplos casos de corrupção minam os alicerces e o sistema de valores em que assentam os regimes políticos, ao mesmo tempo que ganham voz as alternativas autoritárias e nacionalistas.

Entretanto, foram dados passos decisivos, entre vários domínios, no conhecimento e na investigação científica, na inovação tecnológica, na luta contra a pobreza e o analfabetismo à escala global, no desenvolvimento de novas fontes de energia e na cooperação para o crescimento do comércio internacional. Esses passos representam oportunidades que urge aproveitar para que aos problemas e desafios se responda com soluções e passos seguros rumo ao futuro.

A globalização estabeleceu um novo quadro nas relações internacionais com efeitos diretos e profundos na organização das sociedades, nos sistemas de valores e das instituições nacionais.

OS PROBLEMAS E OS DESAFIOS DE PORTUGAL

Não são muito diferentes os problemas e os desafios que Portugal enfrenta, mas alguns deles ganham especial incidência e gravidade pela exposição da economia e da sociedade aos sucessivos abalos externos a que temos assistido e simultaneamente potenciados pelos problemas endémicos que não foram superados. Em particular, Portugal enfrenta, entre outros, sete desafios críticos:

- **Divergência económica com a Europa -**

À entrada do século XXI Portugal interrompeu mais de quatro décadas de convergência com os países mais ricos da União Europeia. As mudanças desencadeadas pela globalização e pela revolução tecnológica criaram oportunidades que não soubemos aproveitar. Se o modelo de crescimento económico estava esgotado, não fomos capazes de criar uma alternativa adequada aos novos tempos. O século XXI tem sido e continua a ser de estagnação.

- **Desigualdades e assimetrias** - A sociedade portuguesa continua a ser marcada pelas profundas assimetrias e desigualdades sociais, reproduzindo as inúmeras bolsas de pobreza e de exclusão que afetam pelo menos um quarto da população portuguesa. Ao dualismo social alia-se o agravamento das assimetrias regionais sendo cada vez maior o fosso entre os grandes centros urbanos do litoral e o vasto território do interior, pobre, envelhecido e reduzido a algumas cidades que vão resistindo à desertificação e à destruição dos seus ativos.

- **Insustentabilidade demográfica** - As perspetivas demográficas revelam-se muito preocupantes: estima-se que Portugal possa perder cerca de meio milhão de habitantes por cada década futura. Com uma das taxas de natalidade mais baixas, o envelhecimento progressivo da população, a consequente

redução da população em idade ativa e saldos migratórios desfavoráveis, esboça-se um quadro de insustentabilidade demográfica e social que urge conter e, se possível, reverter. O aumento da esperança de média de vida é ao mesmo tempo uma conquista inestimável e um novo desafio que é preciso encarar pelas repercussões que tem nos sistemas de saúde, nos regimes de segurança e proteção social e nos estilos de vida com elevados riscos de exclusão social.

• **Modelo económico assente em baixas qualificações** - Continuamos a ser um país de baixas qualificações, baixos salários e de reduzida qualidade do emprego. Longe de constituir uma vantagem, esta realidade é um fator de atraso e de bloqueio ao desenvolvimento. Esse não poderá ser o caminho para uma sociedade que se queira afirmar no quadro das sociedades avançadas. O conhecimento, a investigação científica e a inovação, as tecnologias e a criação cultural são já e continuarão a ser eixos decisivos de estruturação das sociedades futuras, para os quais não estamos devidamente preparados.

A elevada dívida externa, pública e privada, resultante da acumulação de deficits entre o que consumimos e o que produzimos é o maior fardo que podemos legar aos mais jovens porque lhes rouba a liberdade de poderem construir e desenvolver o seu próprio futuro.

• **Elevada exposição às alterações climáticas** - Não obstante alguns passos positivos que foram dados nas últimas décadas, Portugal continua a revelar uma elevada exposição e fragilidade face às previsíveis consequências das mudanças climáticas e uma elevada dependência energética do exterior. Precisamos de uma nova estratégia que preserve e valorize o património natural, que previna os efeitos da contingência dos fenómenos climatéricos e que através de uma maior eficiência na produção e consumo dos recursos (água, energia, solos) confira maior sustentabilidade e maior bem-estar.

• **Centralismo e corporativismo** - Em 43 anos de regime democrático Portugal não conseguiu libertar-se de dois legados do regime deposedo em 25 de Abril de 1974: o centralismo e o corporativismo. Ambos se alimentam mutuamente para manter um Estado, ao mesmo tempo, débil e omnipresente, alimentando interesses instalados que mais facilmente instrumentalizam em seu proveito os benefícios e bens públicos que deveriam ser de todos.

Construímos um estado social, mas esquecemos a qualidade e universalidade do serviço público, ao mesmo tempo que desvalorizámos as funções de soberania, da defesa e segurança à justiça e administração pública

• **Dívida Externa** - Não podemos continuar a passar para as gerações futuras as responsabilidades e os custos da nossa ineficiência e do nosso despesismo. Este problema põe em causa o princípio da solidariedade intergeracional. O Estado deverá ser o primeiro a dar o exemplo através de contas equilibradas e dívida reduzida.

Este será o quinto ano consecutivo com saldo positivo na balança corrente. Trata-se de um registo histórico que constitui o melhor resultado do processo de ajustamento. Portugal conseguiu recuperar o prestígio internacional e demonstrar que os Portugueses conseguem ser resilientes à adversidade e estão disponíveis para a mudança. Neste breve balanço há razões para recuperar a esperança e contar com os Portugueses para abraçar de forma resoluta uma estratégia que permita reforçar os pilares do regime democrático se entendermos que a democracia, os seus princípios e os seus valores, não pode ser só política, antes terá de impregnar a sociedade nos domínios económico, social e cultural.

OS PILARES FUNDAMENTAIS DO PROJETO SOCIAL DEMOCRATA

A social-democracia tem um capital de reconhecimento inigualável: foi, durante a segunda metade do século XX, o modelo de referência na Europa e no mundo ocidental que consolidou os regimes democráticos, concretizou o modelo de Estado Social e sustentou um dos períodos de ouro de crescimento e desenvolvimento económicos na história da Humanidade. A passagem para o século XXI foi marcada pelo surgimento de movimentos renovadores, geralmente reconhecidos como “terceiras vias”, cujo desenvolvimento não se traduziu na reconfiguração da matriz ideológica original, nem na construção de um novo modelo que respondesse aos desafios que este novo século colocou aos regimes democráticos.

Para o PSD o projeto social-democrata tem de construir-se sobre o legado do século XX e a inovação política, económica, social e cultural que o Mundo neste século XXI obriga a procurar.

Falamos, antes de mais, de um novo contrato social que se afaste do discurso libertário anti Estado e simultaneamente das soluções estatizantes e igualitárias que dominam a esquerda. Um novo contrato social que responda às múltiplas desigualdades com que nos confrontamos, que promova uma nova cidadania enquanto ética de responsabilidade política e social, que incentive o desenvolvimento de um novo espírito de comunidade como base para sociedades mais inclusiva e mais coesas, que concretiza na

prática o princípio da igualdade de oportunidades como o mais decisivo mecanismo de mobilidade social ascendente.

Precisamos de um novo contrato social orientado para o futuro, mais do que arreigado à herança do passado. Um novo contrato social que mobilize todos aqueles que se reveem numa base comum de direitos e deveres e num padrão de valores partilhados. Um novo compromisso capaz de multiplicar os laços sociais entre a diferença, superando tensões e conflitos, e que nos permita repensar os valores básicos da democracia, da solidariedade e da igualdade na satisfação das necessidades sociais. Esse compromisso não poderá emergir da limitada regulação da “mão invisível” e remete para o Estado a responsabilidade de regular a satisfação dos interesses coletivos, a convergência dos propósitos comuns e a justa repartição dos bens públicos.

Neste contexto, torna-se indispensável repensar o Estado de forma a que não se substitua nem duplique a iniciativa dos cidadãos e a ação das instituições da sociedade civil. Se estas prestam serviços socialmente reconhecidos, o Estado só tem de as proteger e incentivar. Se esses serviços se revelam ineficientes ou com custos sociais indesejáveis, só tem de os regular para os tornar melhores.

Falamos, antes de mais, de um novo contrato social que se afaste do discurso libertário anti Estado e simultaneamente das soluções estatizantes e igualitárias que dominam a esquerda.

DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E DIGNIDADE

É impensável para os sociais-democratas o sacrifício da liberdade e da dignidade das pessoas em nome do progresso. O progresso só pode ser entendido como forma de emancipação. Qualquer modelo de desenvolvimento terá de ser sempre um instrumento que valorize a liberdade dos indivíduos, que os dignifique e que contribua para uma maior inclusão e coesão sociais. Por maiores que sejam as ameaças e os riscos, nenhum justifica a limitação da liberdade e o sacrifício da dignidade das pessoas. Ao Estado não compete impor um modelo de felicidade ou de realização humanas, tão só assegurar o direito e as oportunidades de cada um ser livre para construir a sua própria felicidade. Um crescimento económico que não contribua para o desenvolvimento humano não tem sentido.

Precisamos de um Estado forte e organizado que liberte a sociedade e os indivíduos, mas que ao mesmo tempo os proteja e garanta o exercício dos direitos e deveres de cada um. Justiça e segurança são dois dos pilares de soberania que suportam qualquer ideia de uma sociedade de homens e mulheres livres.

A administração da justiça não pode ser confundida como uma mera prestação de serviços ou da disponibilização de um bem público por parte do Estado. Quem demanda o sistema de justiça não poder ser mais visto como utente ou cliente de um serviço público. Tem de ser olhado e tratado como pessoa e cidadão que procura as garantias reservadas constitucionalmente ao Estado para defesa dos direitos que a lei lhe atribui ou reconhece. A morosidade e a complexidade processual tende a favorecer os mais poderosos e com mais recursos em detrimento dos mais fracos e mais pobres.

Um Estado que não garanta a segurança de pessoas e bens e os proteja contra a invasão da vida privada, a ameaça, a coação, a violência e a adversidade, não merece a confiança dos cidadãos porque o medo, a resignação e o sentimento de insegurança não proporcionam nem o bem-estar nem a liberdade. Em nome da segurança são recorrentes os atentados à liberdade individual e ao direito à privacidade dos cidadãos, mas simultaneamente permite-se ou ignora-se a cedência de bases de dados, os ciber ataques, a violação das comunicações ou a violação da correspondência eletrónica.

Os acontecimentos em Portugal nos últimos meses – de que as duas vagas de incêndios constituem exemplos marcantes – são uma prova evidente de um Estado que não está organizado para defender e proteger os seus cidadãos.

Qualquer que seja o modelo de desenvolvimento, se o Estado não está organizado para exercer os poderes básicos de soberania, nem a liberdade vinga, nem a dignidade se respeita e nem a coesão social se assegura.

Ao Estado compete desenvolver de forma coerente as políticas públicas indispensáveis à boa prossecução dos objetivos socialmente reconhecidos. Neste contexto, não se pode limitar aos poderes de regulação e terá de assumir, através dessas políticas, o papel ativo de dinamizador dos processos de mudança social e institucional nos mais variados domínios que vão da organização social à mobilização dos agentes económicos para a prossecução de objetivos de desenvolvimento estratégico, da qualificação das infraestruturas ao investimento na investigação científica e na qualificação dos Portugueses.

A sociedade Portuguesa continua a ser marcada por fortes desigualdades sociais, elevados índices de pobreza e notórias disparidades no acesso e usufruto dos bens públicos.

Nos últimos 30 anos registámos melhorias significativas na escolarização da população, na

redução do abandono escolar, no acesso generalizado aos sistemas de saúde e de proteção social. Mas nem por isso as desigualdades sociais se atenuaram na mesma proporção. Para além da evidente desigualdade na qualidade do emprego e na sua remuneração, ela reforça-se

quando confrontamos as condições de vida dos grupos com maior exposição aos riscos de pobreza e aqueles que usufruem das mais elevadas remunerações. À desigualdade de distribuição do rendimento associa-se a desigualdade na riqueza, as desigualdades de género, de origem étnica e do acesso aos mais elementares bens primários, da justiça à saúde, da educação às oportunidades criadas pelo crescimento económico e

pelo desenvolvimento social.

Um dos fatores que mais influenciam as desigualdades sociais é a desigualdade de qualificações produzidas pelo sistema educativo. Em Portugal dispomos de um sistema de ensino que continua a ser altamente seletivo: pela inexplicável incapacidade de universalizar uma educação de infância, pelo elevado insucesso expresso pela retenção escolar, pelo abandono precoce da educação e formação e pelos meca-

**Qualquer que
seja o modelo de
desenvolvimento, se o
Estado não está organizado
para exercer os poderes
básicos de soberania, nem
a liberdade vinga, nem
a dignidade se respeita
e nem a coesão social se
assegura.**

nismos de condicionamento do acesso ao ensino superior. Em situações bem identificadas estes constrangimentos tendem a associar-se em zonas de discriminação e exclusão escolar que, em vez de criarem oportunidades de emancipação, mais não fazem que reproduzir e agravar a pobreza e a exclusão social.

O segundo fator revela-se nas transições da escola para o mercado de trabalho e deste para a aposentação. A rigidez dos processos de transição dificulta a integração qualificada e a qualidade do emprego dos mais jovens, por um lado, e o desperdício de competências entre a população ativa que se encontra perto da aposentação, por outro lado.

O terceiro fator expressa-se, durante a vida ativa, pela valorização da antiguidade em detrimento do mérito e da competência. As carreiras assentes em progressões quase automáticas, sem avaliação do mérito e do desempenho profissional, tendem a ser mais valorizadas, especialmente entre os que detêm habilitações e remunerações mais elevadas e maior segurança no emprego.

Neste contexto as políticas de desenvolvimento social têm de estar orientadas para a valorização das pessoas, para as capacidades e potencial que representam, bem como para a criação de oportunidades de ascensão social e de dignificação do seu contributo para o progresso e coesão da sociedade.

DESENVOLVIMENTO COMO BEM-ESTAR E SUSTENTABILIDADE

O propósito de um estado de bem-estar pressupõe uma perspetiva multidimensional que envolve as condições materiais (rendimento, riqueza, emprego, habitação, etc.), a qualidade de vida e a sustentabilidade.

Por outro lado, não basta assegurar elevados níveis de bem-estar se os mesmos não foram sustentáveis ao longo do tempo, pelo que importa assegurar a valorização e aumento dos stocks de capital indispensável às nossas vidas (capital natural, físico, humano e social) e assegurar o seu legado às novas gerações.

Existe uma excessiva focagem da condição de bem-estar nas condições materiais, desvalorizando ou mesmo ignorando as restantes dimensões. Se os níveis de rendimento ou a estabilidade do emprego são importantes, não menos importantes serão as condições de segurança e de saúde no local de trabalho, a compatibilidade entre emprego, a vida familiar e uma vida social ativa. Se o direito de acesso a uma habitação condigna é inalienável, não menos será a qualificação do espaço público onde se integra, o acesso a

transportes de qualidade e a redução do tempo diário destinado a deslocações.

Neste contexto ganham relevo as políticas públicas orientadas para a qualidade dos serviços, da saúde, da educação, dos transportes ou da cultura.

De pouco nos serve dispor de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) se ele não for mais do que um serviço nacional da doença. De pouco nos serve ter um SNS público e tendencialmente gratuito se ele não se integrar num Sistema Nacional de Saúde que incentive a cooperação inteligente entre os diferentes sectores (público, solidário e privado), que promova os estilos de vida saudáveis, que previna a doença em vez de ter de a combater em fase avançada e quantas vezes irreversível.

Se é desejável que os sistemas de saúde aumentem a sua eficiência e capacidade de resposta às necessidades das pessoas, torna-se cada vez mais exigível que o façam em função do contributo para um maior bem-estar dessas pessoas e não só em função do volume das respostas concretizadas. Há que reforçar no SNS a dimensão da dignidade humana.

A promoção de estilos de vida saudáveis e o desenvolvimento de uma sociedade orientada para o bem-estar das suas populações é indissociável da preservação e valorização do património natural, da qualidade ambiental e do desenvolvimento das comunidades locais.

Agir localmente é a condição necessária para garantir o futuro de um planeta sustentável a qual deve começar por afirmar a autonomia das políticas de ambiente, mudando a ideia paralisante de que as políticas ambientais são transversais e por isso dependem da vontade e da sensibilidade dos responsáveis sectoriais. Sem se negar a necessidade de articulação destas políticas com as demais – asserção que valerá para a generalidade das políticas públicas –, a acelerada transformação das condições de vida impostas pelas alterações climáticas e a necessidade de garantir a sustentabilidade, impõem que se reforce a importância, mas sobretudo a efetividade, das medidas de política com esses objetivos.

A promoção de estilos de vida saudáveis e o desenvolvimento de uma sociedade orientada para o bem-estar das suas populações é indissociável da preservação e valorização do património natural, da qualidade ambiental e do desenvolvimento das comunidades locais.

Uma visão integrada das políticas ambientais deve saber combinar a valorização do património natural, o controlo das emissões poluentes e a descarbonização progressiva das atividades económicas - da indústria aos transportes coletivos, da promoção das fontes renováveis de energia à redução da nossa dependência dos combustíveis fósseis – com uma política de ordenamento do território que trave o despovoamento e desertificação das zonas do interior, que reforce o sistema de cidades médias e promova a mobilidade amiga do ambiente.

DESENVOLVIMENTO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Vivemos um tempo de aceleração da história. Nas últimas três décadas alguns dos pressupostos dos modelos tradicionais de desenvolvimento foram irreversivelmente abalados pelas mudanças operadas à escala global.

O fenómeno da globalização expressa-se, para além das novas tecnologias e pela maior velocidade de circulação da informação, pelo crescimento do comércio de bens e serviços. Durante aquele período o comércio internacional cresceu sempre a taxas superiores às do produto mundial o que revela o maior grau de abertura das economias nacionais e uma significativa incorporação na economia mundial de grandes regiões do globo que se encontravam fechadas sobre si próprias. Para esta mudança profunda muito contribuíram a progressiva eliminação das barreiras alfandegárias e a redução abissal dos custos de transportes e comunicações.

A mobilidade dos capitais, já de si elevada, atingiu níveis nunca registados e ganhou formas cujo controlo os estados têm dificuldade em regular. Mas as novas condições de mobili-

dade não se limitaram às mercadorias, serviços e capitais: estenderam-se aos mercados de trabalho cuja mobilidade acrescida sustenta novos movimentos migratórios e também o que poderemos designar por transnacionalização das dinâmicas laborais.

O segundo eixo de mudança estrutural identifica-se com a inovação, quer se trate de base tecnológica, quer de base organizacional. Se o maior impacto se tem percebido nos novos produtos e configurações empresariais, especialmente os que sustentam a nova economia digital, os produtos tradicionais têm sido relançados através da aplicação das novas tecnologias, tornando-os cada vez mais competitivos no mercado global.

A mobilização do conhecimento para incorporação nas tecnologias, nos bens e nos serviços, torna-o o bem transacionável com maior valor acrescentado.

O que há de comum nas sucessivas vagas de inovação? Conhecimento, especialmente de base científica, cujo valor incorporado nos bens e serviços tende a representar a maior

proporção em relação ao produto final. A mobilização do conhecimento para incorporação nas tecnologias, nos bens e nos serviços, torna-o o bem transacionável com maior valor acrescentado. Uma perspectiva mais alargada do conhecimento permite igualmente perceber como a criação cultural tem dado um contributo inestimável à inovação e à projeção à escala global das diferentes culturas nacionais. A cultura de um povo é um bem único, mas só se valoriza se souber afirmar-se para além das fronteiras nacionais.

O terceiro eixo identifica-se com o investimento e com os sistemas institucionais. A maior mobilidade, as taxas de juro historicamente reduzidas e a reconfiguração dos centros de acumulação, tornaram o investimento num instrumento cujo acesso é cada vez mais competitivo. Mais do que as oportunidades criadas para o desenvolvimento de projetos empresariais, conta o quadro institucional cujo poder regulatório tanto poderá ser uma vantagem competitiva como um fator que não inspire a confiança indispensável à cobertura do risco.

A confiança dos investidores numa economia nacional exige que os custos de transação e o risco associado aos investimentos possam ser cada vez mais reduzidos. Para tal contribui o ambiente mais ou menos favorável ao desenvolvimento de projetos empresariais, a estabilidade, a previsibilidade do quadro fiscal, regulatório e institucional.

Portugal precisa urgentemente de melhorar e dar estabilidade ao seu quadro institucional:

- A começar pela consolidação do seu quadro jurídico. De há muito que a ação política se encontra condicionada pela resposta casuística, pelo eleitoralismo legislativo, pelos particularismos corporativos e locais. A prática corrente de responder aos problemas, especialmente aqueles com forte impacto mediático, com mais legislação tem de ser alterada. A consolidação legislativa é um dos princípios fundamentais de qualquer estado de direito. É urgente legislar menos para legislar melhor.

As vantagens competitivas de Portugal não podem afirmar-se nem pelos baixos salários, nem pelas reduzidas qualificações que lhe estão associadas.

- Decorrente do anterior, a aplicação da lei tende a promover a litigância com os consequentes custos para a administração da justiça, para os cidadãos e para a autoridade das instituições.
- Passando pelo sistema fiscal, onde o ambiente institucional continua a estar associado a uma imagem negativa. A maior parte dos investidores não elege a carga fiscal como um dos entraves

ao investimento, mas antes a burocracia, a instabilidade, as alterações recorrentes ao quadro existente, bem como a morosidade na resolução dos litígios. Vivemos em situação de ilusão fiscal, de duvidosa transparência e eficácia no que respeita à execução orçamental.

Crescer mais e crescer melhor, sustentados na inovação e na produção de conhecimento, no maior contributo e dinamismo do sector de bens e serviços transacionáveis, na atração de investimento estrangeiro - de grande e média dimensão e com uma base tecnológica sólida - e no aumento das qualificações dos portugueses, são os objetivos estratégicos que importa recenrar a partir de um novo modelo de desenvolvimento que tenha as pessoas como o mais importante capital que um país pode mobilizar. As vantagens competitivas de Portugal não podem afirmar-se nem pelos baixos salários, nem pelas reduzidas qualificações que lhe estão associadas.

COM A EUROPA, RUMO À SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E DO BEM-ESTAR

Portugal como membro da União Europeia não pode perder poder político e negocial, sob risco de se tornar irrelevante. Por essa razão, o seu posicionamento estratégico precisa de ser reforçado enquanto país europeu de vocação atlântica, aberto ao Mundo e capaz de construir pontes e encontrar soluções suscetíveis de valorizarem a sua posição na União.

Os desafios estruturais que se colocam à UE não encontram respostas fáceis. Sendo o maior mercado único e detendo a segunda maior moeda com maior utilização a nível mundial, nem por isso nos deveremos esquecer que temos vindo a perder dinamismo: representávamos em 1960 11% da população mundial quando

atualmente não vamos além de 6%; detínhamos 26% do PIB mundial em 2004, quando em 2015 não vamos além de 22%. A Europa está mais envelhecida e simultaneamente menos competitiva, onde as ameaças de populismo e de nacionalismo convergem numa reversão da confiança nas instituições comunitárias, dos direitos humanos, da coesão social, da segurança e da preservação da paz, precisa de eliminar entraves e de ganhar um novo impulso que a faça recuperar do atraso atual face às velhas e novas potências mundiais.

A opção estratégica de Portugal deverá ser a de se posicionar na linha da frente do movimento de reformas das instituições europeias e, simul-

taneamente, definir o seu próprio modelo de desenvolvimento que potencie a sua integração e a sua identidade distintiva.

Fazer de Portugal um país atrativo para os europeus e motivo de orgulho para os Portugueses, onde a segurança, o bem-estar, a qualidade ambiental, o cosmopolitismo e a cultura, possam constituir eixos identitários com elevado valor acrescentado.

Fazer de Portugal um país atrativo para os europeus e motivo de orgulho para os Portugueses, onde a segurança, o bem-estar, a qualidade ambiental, o cosmopolitismo e a cultura, possam constituir eixos identitários com elevado valor acrescentado. Simultaneamente, importa reforçar a dimensão do conhecimento e da inovação pela valorização da participação de

investigadores e instituições científicas portuguesas em redes internacionais, especialmente nos domínios associados à nossa especialização científica e tecnológica. Portugal tem condições para, a médio prazo, constituir-se como centro de alguns clusters internacionais de conhecimento e inovação que em muito poderão beneficiar o seu desenvolvimento económico, social e cultural.

Uma sociedade estruturada em torno do conhecimento, da inovação e do bem-estar, não é uma utopia, é uma ambição concretizável pelo esforço, planeamento, mobilização e concertação entre os Portugueses.

O PSD – Partido Social Democrata tem uma responsabilidade acrescida pela sua história, pela sua capacidade de ver mais longe, pela coragem da sua cultura reformista e pelo poder que tem demonstrado de elevar Portugal para patamares mais avançados de desenvolvimento humano.

POR UMA ÉTICA DA AÇÃO POLÍTICA

São hoje evidentes os sinais de distanciamento entre o regime político e os portugueses. Distanciamento entre uma sociedade que mudou muito e depressa e um regime que não foi capaz de se adaptar a essa realidade. O mundo mudou, Portugal mudou, mas o regime mantém-se, multiplicando os sinais da sua incapacidade para responder aos novos desafios. Impõe-se, 43 anos depois do 25 de Abril, proceder a um conjunto de reformas que possam voltar a trazer ao nosso quotidiano político o contrato de confiança, entre os cidadãos e o regime, que o tempo naturalmente foi desgastando. Seja ao nível da política, da justiça, das relações de poder na sociedade, da credibilização das instituições ou da defesa dos direitos dos cidadãos, temos de saber encontrar as medidas corretas que consigam reconciliar os portugueses com o nosso regime político.

Os partidos políticos são as instituições do regime democrático que mais e melhor evidenciam a falta de credibilidade, conduzindo uma parte significativa dos portugueses a adotarem

um atitude cada vez mais generalizada de indiferentismo e de indisponibilidade para uma cidadania ativa e participada. Ora, a democracia para o ser em substância não se pode afirmar apenas nos seus formalismos e rituais de duvidosa eficácia social. A democracia exige partidos políticos fortes, abertos à participação dos cidadãos, credíveis e plenamente entrosados com a sociedade que visam servir.

O regime democrático em Portugal vive uma crise de representação e de legitimidade dos seus atores centrais. De representação porque

A democracia exige partidos políticos fortes, abertos à participação dos cidadãos, credíveis e plenamente entrosados com a sociedade que visam servir.

não basta a identificação com um líder e com uma opção partidária. Importa valorizar a identificação com os eleitos, aproximá-los dos que representam e sujeitá-los ao verdadeiro escrutínio democrático realizado pelos cidadãos. É possível e desejável encontrar soluções institucionais que, sem prejuízo da proporcionalidade da representação, a torne mais próxima dos cidadãos, mais transparente, mais eficaz e mais credível. É neste contexto que pretendemos construir compromissos para a mudança da lei eleitoral que concretize uma maior proximidade com os cidadãos e credibilize a representação e reforce a autoridade da instituição parlamentar.

A relação com os cidadãos e a sociedade tem de ser mais aberta e favorecendo o papel das múltiplas formas de participação cívica organizada que por vezes é entendida como uma ameaça à ação política desenvolvida pelos partidos, quando poderá representar um contributo inestimável na qualificação das políticas públicas. A tentação para o controlo e instrumentalização das iniciativas independentes dos cidadãos tem de ser substituída pela disponibilidade para cooperar, salvaguardando a sua independência e autonomia.

Os partidos políticos deixaram de controlar o recrutamento dos seus quadros, dando azo à afirmação dos poderes fáticos no escrutínio da sua atividade política. O serviço público exige independência, isenção e competência e

não se pode transformar numa alavanca para interesses privados, próprios ou alheios.

Para o efeito, o PSD deverá dar o exemplo na forma como recruta e seleciona os seus candidatos, quer se trate de militantes ou de simpatizantes disponíveis para representar o partido junto do eleitorado, mas também na avaliação rigorosa, sistemática e isenta que faz do seu desempenho.

Sem independência, competência e responsabilidade, todo o edifício do regime democrático é atingido pelo risco de desregulação, nomeadamente quando as instituições centrais do Estado acabam por ser facilmente partidárias, hipotecadas a clientelas ou interesses corporativos, e governamentalizadas.

O interesse nacional e a defesa do bem comum são os superiores princípios que secundarizam o interesse partidário imediato. Seja no exercício da governação, seja como partido da oposição, o PSD não pode fechar-se a entendimentos, sempre que aqueles superiores princípios estejam em causa. O PSD tem, na sua cultura política e na sua história, a busca do compromisso como expressão de responsabilidade democrática, não só para com os seus eleitores, mas também para com o país. Esse legado não o poderemos apagar ou desvalorizar.

Como maior partido da oposição, o PSD tem uma responsabilidade acrescida: constituir-se como alternativa reconhecida pelos Portugueses

ses e afirmar-se pela intransigente defesa do seu bem comum. Sacrificar esta responsabilidade aos tacticismos político-partidários ou a outros interesses particulares não faz parte da matriz ética nem da cultura política do PSD.

O exercício responsável do poder, a que nível for da administração, pressupõe isenção e transparência no recrutamento, seleção e nomeação dos dirigentes dessa mesma administração bem como de institutos públicos, de empresas com capital público e de entidades reguladoras. O PSD entende que a relação entre governação, regulação e gestão pública tem de ser o mais transparente possível, fundada sobre o mérito e a competência dos nomeados e liberta do estigma da confiança partidária. É indispensável clarificar o que são cargos de confiança política e cargos que requerem autonomia e independência em relação às tutelas.

Como maior partido da oposição, o PSD tem uma responsabilidade acrescida: constituir-se como alternativa reconhecida pelos Portugueses e afirmar-se pela intransigente defesa do seu bem comum.

O PSD tem na sua história ativos relevantes no que respeita à defesa da liberdade de expressão e de opinião, especialmente no que respeita à liberdade e garantia de pluralismo nos órgãos de comunicação social. Mas se somos irredutíveis em relação a qualquer tentativa de condicionamento dessa liberdade e pluralismo, também o somos na defesa da independência do poder político em relação à comunicação social, que, por sua vez e em nome da democracia, não pode deixar de respeitar, não só a verdade, como fundamentalmente, os direitos e a liberdade de todos os cidadãos.

Cada vez mais os media e a produção de conteúdos são alvo do interesse dos grandes grupos económicos e o desenvolvimento da economia digital cria oportunidades tecnológicas para formas de condicionamento da opinião pública que põem em causa o pluralismo e igualdade no acesso à informação e à opinião. O PSD dará especial atenção a este particular domínio na defesa intransigente da liberdade e do pluralismo.

UMA NAÇÃO COESA E ABERTA AO MUNDO

Portugal integra o restrito grupo dos mais antigos estados-nação que mantem, no fundamental, um território, uma língua e cultura comuns e uma identidade forjada ao longo da história que lhe confere uma coesão dificilmente comparável com a maior parte dos países europeus. Mas, simultaneamente, foi uma Nação que se afirmou pelos quatro cantos do Mundo através da presença de comunidades que preservam marcas indeléveis da sua cultura. Esse é o maior capital que pode ser mobilizado para repensar e afirmar as vantagens do nosso posicionamento estratégico.

PORTUGAL, PAÍS EUROPEU DE VOCAÇÃO ATLÂNTICA

A União Europeia confronta-se com alguns dos mais sérios desafios que alguma vez enfrentou, com a paralisação dos modelos tradicionais de integração, o Brexit, a (re)emergência dos nacionalismos, a ascensão dos populismos, a crise dos refugiados, as ameaças internas e externas à sua segurança, a perda de competitividade à escala global. O espaço euro-atlântico atravessa um verdadeiro risco existencial, com o afastamento da Grã-Bretanha da Europa Unida e o retraimento estratégico dos Estados Unidos.

Portugal está assim hoje perante uma pressão em dois eixos essenciais da sua inserção internacional – na Europa e no Atlântico – e a sua posição

só pode ser uma: um renovado empenho na construção de uma Europa mais coesa e mais solidária, com instituições mais dinâmicas e uma economia mais competitiva à escala global; uma nova prioridade ao reforço dos laços transatlânticos, estreitando o oceano que une os continentes europeu e americano.

Ao mesmo tempo, o país deve apostar no que define a sua singularidade e o distingue dos todos os outros, ou seja, a relação com os Estados de língua oficial portuguesa, as comunidades portuguesas presentes em todos os cantos do mundo e o seu vasto mar.

A estratégia de inserção internacional de Portugal deve assentar em cinco pilares fundamentais:

1. A integração europeia, no quadro específico de uma União Europeia cada vez mais unida e coesa, privilegiando o cenário cinco do livro branco da Comissão que aponta para “fazer muito mais todos juntos”. Aqui assumem prioridade o completar da União Económica e Monetária, a questão do avanço da defesa europeia – que tem de ser sempre entendida como contraponto e nunca contraparte à NATO – e as negociações do Brexit – defendendo os direitos dos cidadãos portugueses e europeus no Reino Unido. Ao mesmo tempo, Portugal já deveria ter começado a preparar o Quadro Financeiro Plurianual pós-2020, atendendo a que esta discussão já começa a estar na agenda europeia.

2. A vocação atlântica, construída pela sua história, pelos fortes laços culturais que entreteceu e pelo seu posicionamento geográfico face ao potencial de desenvolvimento que representa esta vasta bacia, onde se concentram mais de metade dos recursos económicos à escala global. Aqui assumem particular importância as relações com os Estados Unidos da América que nos últimos anos têm passado por uma crise, mas sem esquecer outros aliados muito relevantes.

3. A relação privilegiada com os países de língua oficial portuguesa, com os quais deveremos desenvolver relações de proximidade e cooperação, quer no plano bilateral quer multilateral, sem os complexos legados pelo colonialismo. Pretende-se uma rede de parceiros assente no total respeito pela soberania e identidade de cada nação e pela igualdade de tratamento de cada país e cada estado.

4. A rede de comunidades de portugueses dispersos pelo mundo que deverá assumir cada vez mais uma configuração multilateral que densifique os fluxos económicos e culturais e reforce o valor estratégico da língua e cultura portuguesas como instrumentos de cooperação. Ganham especial relevo as comunidades portuguesas residentes fora da União Europeia e entre estas as residentes nas Américas.

5. A Zona Económica Exclusiva e a extensão da Plataforma Continental para além das 200 milhas marítimas confere a Portugal um potencial estratégico acrescido que só será realidade se o Estado

conseguir passar da retórica para a ação com base num plano consensualizado para a sua exploração. De pouco serve determos os direitos se tal não corresponder a um efetivo aproveitamento das suas potencialidades. Muito para além da sua defesa é urgente a produção de conhecimento sobre esse potencial que se encontra por explorar.

Ao mesmo tempo, o país deve apostar no que define a sua singularidade e o distingue dos todos os outros, ou seja, a relação com os Estados de língua oficial portuguesa e as comunidades portuguesas presentes em todos os cantos do mundo

Portugal não tem de remeter-se a uma posição periférica e politicamente irrelevante. A alternativa está na valorização do seu reposicionamento estratégico por via destes cinco pilares, não tendo o país que optar por um em detrimento dos outros. Eles são indissociáveis e potenciam-se mutuamente. E todos devem ser reforçados por aquela que tem de ser a nossa nova grande prioridade: os portugueses que vivem em todos os continentes do globo.

PORTUGAL, UM PAÍS ABERTO AO MUNDO

Ao mesmo tempo devem ser exploradas as novas oportunidades, com destaque para a Ásia, região para onde está a transferir-se a riqueza, e eventualmente a prazo o poder, muito em particular a China, que é já a segunda maior economia mundial e tudo indica que será em breve a primeira, assim como a Índia que continua a conhecer um forte crescimento económico e tornar-se-á a curto prazo o país com a maior população do mundo. Os fortes laços que construímos a partir de Macau são um capital da maior importância, aplicando-se o mesmo conceito a Timor, à Indonésia e à Austrália.

Mas também o Magreb deve merecer uma especial atenção, sobretudo Marrocos e a Argélia, pela sua proximidade territorial, pelos desafios à segurança internacional que daí advêm e pela importância do acesso aos recursos energéticos daí provenientes nos quais assenta o essencial das necessidades de abastecimento de Portugal. Este espaço pode mesmo estender-se, numa segunda instância, até ao Próximo Oriente e ao Golfo Pérsico, incluindo alguns estados desta região rica energética e financeiramente.

Tal como deveremos densificar os laços da vasta rede da diáspora portuguesa pelo mundo, é importante o desenvolvimento de parcerias com os países de expressão oficial portuguesa no sentido de potenciar a mobilidade multilateral de estudantes e quadros superiores que se traduza numa cooperação técnica e científica com vantagens mútuas. No mesmo sentido torna-se incompreensível o desprezo a que estão votadas as instituições detentoras de conhecimento sobre a presença histórica de Portugal no Mundo. Esse inestimável ativo precisa de ser valorizado e partilhado como instrumento de consolidação das relações com as diferentes Nações que conosco comungam de um legado cultural e económico singular.

UM ESTADO FORTE E ORGANIZADO QUE LIBERTE E PROTEJA OS CIDADÃOS

Um Estado tradicionalmente centralista, refém dos poderes corporativos e das sucessivas oligarquias que se alimentam do acesso privilegiado aos bens públicos, é um Estado, ao mesmo tempo, débil e omnipresente, vulnerável e pesado, incapaz de se organizar e de cumprir com as mais elementares funções para que foi concebido.

A principal reforma em que o PSD se deve empenhar é no processo de descentralização e de desconcentração dos diferentes organismos do Estado e institutos públicos. Esse processo deverá ser desenvolvido observando o princípio da subsidiariedade e da valorização da administração local e regional, como forma

de melhorar a eficácia da governação do país e de disciplinar e racionalizar a despesa pública. Tratando-se de um processo complexo e extremamente diversificado em função da multiplicidade de competências a transferir, o PSD entende que se deve privilegiar uma abordagem que reúna o maior consenso nacional, que privilegie a especificidade sectorial, e que se concretize de forma gradualista, sem prejuízo do indispensável planeamento e calendarização. É tempo de Portugal procurar boas práticas de governação, mais competentes, menos despesistas e mais próximas dos cidadãos.

As pronunciadas assimetrias regionais, a crescente rarefação demográfica de vastos

territórios do interior, a necessidade de reforçar o papel das pequenas e médias cidades, transformando-as em âncoras de fixação da população e de atividades geradoras de emprego e de bem-estar, são desafios a que só uma efetiva descentralização e real desconcentração poderão responder com sucesso.

A experiência das Regiões Autónomas, no contexto particular de combate à insularidade, deveria constituir um exemplo de como se torna urgente contrariar o centralismo e a macrocefalia da capital que põe em causa a coesão e o bom ordenamento do território.

As Autonomias terão de ser consolidadas e em alguns aspetos reforçadas, em função dos avanços já realizados, mas também como requisito da sua valorização estratégica no contexto da economia do Atlântico e do alargamento dos limites da plataforma continental.

Há Estado a mais no emaranhado de normas, regulamentos e burocracias, mas há Estado a menos na capacidade de proteger os cidadãos, de prevenir, planear e agir sobre as calamida-

des naturais, de eliminar a incúria e o abuso na defesa e ordenamento do território e do património público e privado.

Quisemos construir um Estado Social, mas negligenciámos a qualidade e a universalidade do serviço público. Multiplicamos as plataformas digitais, mas aumentam as listas de espera para cirurgias. Investimos em novos edifícios escolares, mas continuamos com as mais elevadas taxas de abandono e insucesso escolar.

Simultaneamente desvalorizámos as funções de soberania, da defesa e segurança à justiça e administração pública, que se encontram descapitalizadas de meios humanos e materiais.

O problema não está em termos mais ou menos Estado. O desafio está em termos um Estado democrático mais forte, mais organizado e mais eficaz na prossecução da sua missão.

Precisamos de umas Forças Armadas criteriosamente dimensionadas e equipadas, com meios materiais e humanos que garantam a sua operacionalidade, prontidão e prestígio.

Um Estado tradicionalmente centralista, refém dos poderes corporativos e das sucessivas oligarquias que se alimentam do acesso privilegiado aos bens públicos, é um Estado, ao mesmo tempo, débil e omnipresente, vulnerável e pesado, incapaz de se organizar e de cumprir com as mais elementares funções para que foi concebido.

Na sua missão de defesa importa aumentar a cooperação e coordenação com as restantes forças e serviços de segurança, disponibilizando meios humanos e materiais para a garantia da tranquilidade e do bem-estar dos cidadãos no seu quotidiano. Essa garantia, cada vez mais importante para fazer face aos desafios com que hoje nos defrontamos, não pode limitar-se ao combate a agressões ou a ameaças globais. Deve, mais do que isso, abranger a prevenção e a resposta célere e eficaz a catástrofes, como foi o caso dos trágicos incêndios que recentemente flagelaram Portugal.

**O desafio está em termos
um Estado democrático mais
forte, mais organizado e
mais eficaz na prossecução
da sua missão.**

É neste contexto que importa definir uma estratégia nacional de prevenção e resposta a crises, na perspetiva de um espectro alargado de riscos (catástrofes naturais, ameaças à segurança interna, cibersegurança, acidentes graves, etc.), para as quais se exige coordenação e rápida resposta por parte dos diferentes organismos e forças.

Na administração da justiça, importa estabelecer compromissos visando a simplificação e estabilidade dos diplomas estruturantes do sistema jurídico, designadamente as principais leis adjetivas (leis processuais) e o essencial do direito substantivo. No domínio das magistraturas judiciais, sendo inquestionável o princípio da independência da função judicial e a repartição constitucional das jurisdições, é desejável maior eficiência, especialização, gestão, coordenação e um inegável reforço da transparência democrática.

O mesmo princípio de maior cooperação e melhor coordenação operacional se aplica à investigação criminal, envolvendo as polícias e as diferentes instituições nela envolvidas.

A defesa intransigente dos direitos do cidadão, nomeadamente do princípio da presunção de inocência e do direito a ser patrocinado por advogado, exercendo o mandato com todas as garantias de imunidade e proteção da confidencialidade e do segredo profissional, devem ser valorizados como pressuposto de uma visão personalista e humanista da justiça.

Ao Ministério Público importa centrar as suas competências no exercício da ação penal e na defesa do interesse geral, sendo dotado dos recursos técnicos e humanos indispensáveis à preservação da legalidade democrática e na intransigente defesa dos direitos do cidadão.

UMA SOCIEDADE MAIS EQUITATIVA E MAIS SOLIDÁRIA

O maior desafio que se coloca à sociedade portuguesa nas próximas décadas é o da sustentabilidade demográfica.

O duplo efeito de envelhecimento relativo no topo e na base da pirâmide etária é consequência do efeito conjugado do aumento da esperança de vida e da redução acentuada da taxa de natalidade. A progressiva redução da população em idade ativa tem um efeito direto sobre a sustentabilidade da segurança social. Ignorar ou adiar este desafio é uma irresponsabilidade que o PSD não está disposto a

subscrever. A reforma da segurança social é uma das reformas estruturais que assume a maior urgência, mas que depende, na sua sustentabilidade, de um compromisso parlamentar alargado.

Precisamos de uma política sustentada de proteção da maternidade e de valorização da educação de infância, que desperte esperança e confiança entre os Portugueses em geral e as gerações mais jovens, em particular.

Entretanto, os efeitos induzidos pela evolução demográfica, e pelas diferenças regionais da quebra da natalidade, fazem-se sentir com igual preocupação no sobredimensionamento da rede escolar, por um lado, e na pressão sobre o sistema nacional de saúde. Por isso, o problema da sustentabilidade não é exclusivo do financiamento do sistema previdencial.

Para além da reforma da segurança social é urgente desenvolver políticas orientadas para a proteção da maternidade e da infância, para a promoção da igualdade de género na parentalidade, para contrariar o adiamento da maternidade e para facilitar a antecipação do processo de integração na vida ativa e no mercado de trabalho.

Não poderemos continuar a aplicar paliativos a uma doença que já é crónica. Precisamos de uma política sustentada de proteção da maternidade e de valorização da educação de infância (dos 0 aos 6 anos), que desperte esperança e confiança entre os Portugueses em geral e as gerações mais jovens, em particular.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Não deixa de ser surpreendente a forma como nos resignamos à persistência estrutural da desigualdade de distribuição do rendimento. Siamo o país da Europa onde o coeficiente de desigualdade de distribuição do rendimento é o mais elevado e que o sistema de segurança social debilmente atenua. Por outro lado, são ainda relevantes as desigualdades de género no que respeita ao acesso às oportunidades de emprego e à igual remuneração do trabalho.

Três fatores sustentam este atraso social: os baixos níveis de escolarização de uma parte significativa da população portuguesa – nomeadamente a mais idosa -, a fragilidade das classes médias urbanas e o confinamento dos mecanismos de mobilidade social ascendente.

Difícilmente poderemos almejar maior crescimento da riqueza nacional se não começarmos, desde já, a agir no sentido de corrigir estas assimetrias. Estas desigualdades que se projetam no território são um obstáculo a alcançarmos patamares mais elevados e mais sustentados de desenvolvimento.

As políticas de redistribuição do rendimento não são suficientes para o concretizar e, em algumas situações, acabam por contribuir para a

reprodução da própria pobreza. Porém, o Estado não poderá abdicar delas nem dos princípios de justiça e solidariedade que presidirá à sua ação, sendo desejável que se articule com as instituições da sociedade civil no sentido de definir uma estratégia conjunta de desenvolvimento social, a partir de iniciativas que favoreçam a inclusão e o acesso a mais e melhores oportunidades de valorização social.

A educação terá de ser o instrumento mais decisivo de mobilidade social ascendente e da promoção da igualdade de género. Os seus efeitos não são tão visíveis no imediato, mas são mais consistentes a médio e longo prazo.

O segundo instrumento é de natureza fiscal e terá de se traduzir na progressivo alívio da autêntica asfixia que as classes médias e os trabalhadores por conta de outrem têm vindo a sofrer nos últimos anos.

O terceiro instrumento passa pela valorização das cidades e vilas do interior de forma a reforçar a ossatura urbana indispensável ao seu crescimento demográfico, económico e social. Uma descentralização diferenciada e progressiva terá um efeito reequilibrador na distribuição dos recursos públicos e na atração da iniciativa privada. O impacto que as políticas de descentralização poderão ter na estrutura social poderá gerar o impulso indispensável à revivificação das regiões do interior.

A educação terá de ser o instrumento mais decisivo de mobilidade social ascendente e da promoção da igualdade de género. Os seus efeitos não são tão visíveis no imediato, mas são mais consistentes a médio e longo prazo.

A população em risco de pobreza e exclusão social mantém-se teimosamente, desde há uma década, em torno dos 25%. É altura de ambicionarmos uma redução significativa desta proporção pela criação de maiores e melhores oportunidades no acesso a empregos dignos, melhor remunerados, à habitação, à saúde e ao bem-estar.

EDUCAÇÃO E CULTURA

É com a maior preocupação que assistimos ao retorno do *experimentalismo pedagógico* como princípio orientador das políticas educativas. Trata-se de um retrocesso ao fim do século passado, ignorando a inegável melhoria registada nos últimos 15 anos. Por que razão um modelo que produziu tão bons resultados é desmantelado a cada ação do Ministério da Educação?

As escolas, os professores, os alunos e as famílias exigem estabilidade e confiança. O sistema de ensino não pode estar sujeito às modas ideológicas de quem tudo quer mudar, sem diagnóstico, avaliação, planeamento e compromisso.

O PSD entende a educação como um dos pilares do desenvolvimento socialmente sustentável em que os princípios da liberdade e da equidade, da disciplina e da cidadania, convirjam numa visão personalista dos indivíduos e não na mera produção de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Ambicionamos pessoas capazes, muito para além de profissionais competentes. Ambicionamos jovens preparados para lidar com os desafios e os riscos de um futuro cada vez mais incerto. Ambicionamos igualdade de acesso ao conhecimento e à cultura como forma de contribuir para o esbatimento das profundas desigualdades sociais

com que nos confrontamos em Portugal. Não existem soluções mágicas para concretizarmos esta ambição, tão só esforço, disciplina e mérito. Teremos de garantir o sucesso a todos sem limitar a excelência de cada um.

Na concretização desse propósito contamos com os professores e as escolas, com a sua dedicação e profissionalismo, no sentido de contribuírem para poupar os alunos a tanta instabilidade e insegurança, ao mesmo tempo que prosseguem a inestimável missão de qualificarem as novas gerações de Portugueses.

O PSD dará especial atenção à formação inicial de professores e ao modelo de profissionalização no sentido da valorização do seu estatuto social e da sua qualificação científica e pedagógica.

Temos um sistema de ensino altamente seletivo em que à ilusão do acesso universal se sucede o afastamento progressivo, ciclo a ciclo, dos mais fracos, dos que não tiveram uma segunda oportunidade para ter sucesso. Educar é fazer crescer para atingir patamares do conhecimento e de realização pessoal cada vez mais elevados e não fazê-los descer para criar a ilusão do sucesso fácil.

Portugal precisa urgentemente de quadros altamente qualificados para potenciar a revolução tecnológica e do conhecimento, bem como as novas formas de criação cultural. A atual estrutura do ensino superior é caracterizada pelo domínio das ofertas generalistas de onde sobressaem um punhado de instituições de

elevada qualidade científica. É necessário que uma política para o ensino superior permita um acesso mais alargado e, simultaneamente, que promova a especialização das instituições em domínios onde possam desenvolver o potencial de vantagens competitivas.

O PSD deverá defender uma maior responsabilização das instituições do ensino superior na seleção dos seus alunos e, ao mesmo tempo, alargar o acesso quer através dos cursos regulares quer das formações profissionalizantes do ensino secundário. Um dos fatores que condicionam a maior frequência do ensino superior reside nas condições familiares de origem e na dificuldade em suportar os respetivos custos, nomeadamente quanto se trata de estudantes deslocados. Neste sentido importa garantir a liberdade de escolha do curso e a equidade no acesso aos apoios sociais, nomeadamente no que respeita às residências escolares.

Ainda no que respeita ao ensino superior o PSD acompanha com especial preocupação três problemas que não têm merecido a atenção devida: o envelhecimento do corpo docente, a endogamia

académica e a integração dos centros de investigação em programas e redes internacionais. É reconhecido que se tratam de três problemas com desigual expressão na diversidade das instituições, porém há que as mobilizar para fazer face ao desafio da internacionalização (não basta que esta se verifique na captação de alunos) e da competitividade científica, tecnológica e cultural.

As políticas culturais não podem ser concebidas e desenvolvidas fora do quadro de estreita cooperação:

As escolas, os professores, os alunos e as famílias exigem estabilidade e confiança. O sistema de ensino não pode estar sujeito às modas ideológicas de quem tudo quer mudar, sem diagnóstico, avaliação, planeamento e compromisso.

- Com os Ministérios responsáveis pela Educação, a Ciência e a Investigação Científica no que respeita à promoção da língua e da cultura portuguesas, na difusão do livro e da leitura, na produção de conteúdos e na sua generalização entre as novas gerações.
- Com as autarquias na estruturação de uma rede nacional de equipamentos culturais (teatros, museus, bibliotecas, etc.), na sua animação de forma a democratizar o acesso à cultura e à criação cultural, mas também na reabilitação e difusão do património cultural, tangível e intangível, e na valorização dos centros históricos.

- Com as comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo como alavancas para a internacionalização das obras e dos criadores portugueses.
- Com os Ministérios da Economia e dos Negócios Estrangeiros na definição de uma estratégia de atração e difusão das indústrias criativas, bem como na promoção da imagem de Portugal como destino turístico de elevada qualidade cultural e ambiental.

Portugal precisa de conceber uma política cultural integrada que potencie as oportunidades criadas pela digitalização, pelas novas indústrias e pelas redes sociais globais de modo a concretizar a ideia de uma cultura que, integrando as formas tradicionais de criação e difusão cultural, valorize as novas expressões, do design à moda, e as novas plataformas digitais.

SAÚDE

Face aos cenários de evolução demográfica torna-se cada vez mais premente uma reforma das políticas de saúde que se centre na promoção dos estilos de vida saudáveis e na prevenção da doença. É possível Portugal ter uma população mais saudável, e "mais jovem" até mais tarde. Uma parte significativa das doenças e das limitações que, hoje, mais afetam as populações, pode ser combatida com a promoção de melhores hábitos alimentares e com ajustamentos no estilo de vida. É ridículo o nível de investimento público neste particular domínio: não mais de 1% da despesa total em saúde. Para além do reduzido investimento não existe uma política de comunicação orientada para os diferentes perfis dos públicos-alvo que possa potenciar a promoção da saúde e a prevenção da doença.

A garantia do acesso a cuidados de proximidade e de qualidade, tem de começar por retomar a reforma dos cuidados de saúde primários, valorizar e generalizar a nível nacional o acesso às Unidades de Saúde Familiar e encontrar soluções para os desafios colocados pelo envelhecimento da população. Em particular, no tratamento das doenças crónicas e num âmbito mais alargado no domínio da saúde mental.

A promoção da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar dos portugueses não se compadece com visões ideológicas da oposição entre público e privado. Teremos de entender o Sistema Nacional de Saúde a partir de uma visão integrada, cooperativa e pragmática dos diferentes prestadores de cuidados de saúde, públicos, privados ou da economia social.

Em todo o domínio da prestação de cuidados de saúde, mas com especial incidência na rede de cuidados hospitalares, o princípio orientador terá de ser o da qualidade dos serviços prestados e só depois o da quantidade. Este princípio aplica-se quer à contratualização, quer à avaliação rigorosa das prestações que não poderá ignorar o grau de satisfação dos doentes.

Uma gestão criteriosa da rede hospitalar pressupõe diferenciação das ofertas e partilha de

infraestruturas e serviços comuns de forma a minimizar a duplicação de recursos (humanos, tecnológicos, de produtos e serviços).

Face aos cenários de evolução demográfica torna-se cada vez mais premente uma reforma das políticas de saúde que se recentre na promoção dos estilos de vida saudáveis e na prevenção da doença.

Por outro lado, é necessário minimizar os riscos de infeções, aumentar a segurança dos doentes e profissionais de saúde, bem como assegurar as melhores condições de trabalho e de bem-estar dos doentes, especialmente nas urgências hospitalares.

No mesmo sentido, teremos de estabelecer uma melhor articulação entre

Saúde e Segurança Social, por forma a extrair sinergias dos potenciais interfaces dos dois sectores com vista a aumentar a produtividade geral, o bem-estar da população e a redução dos efeitos adversos da ausência de comunicação entre estes dois sectores.

BEM-ESTAR

Muito para além da conceção dominante nas políticas públicas em torno do bem-estar material, o PSD pretende desenvolver uma nova geração de políticas que promovam o bem-estar social e emocional, a satisfação e o conforto.

Lidamos cada vez mais com problemas generalizados de solidão, com especial incidência entre os mais idosos e em meio urbano, de esgotamento e stress profissional com a progressiva desregulação dos horários de trabalho e uma dificuldade acrescida de compatibilização entre trabalho, vida familiar e vida social; nas grandes áreas metropolitanas adensam-se os problemas dos movimentos pendulares com uma parte do tempo perdido no trânsito automóvel quando, ao mesmo tempo, os transportes públicos são subutilizados ou porque inadequados aos horários e locais de acesso, ou porque não garantem a sua regularidade e conforto.

Numa outra dimensão e não obstante os progressos realizados por ação das autarquias, continuamos a assistir à degradação do espaço público onde são escassas as zonas verdes e de fruição da natureza. A gestão do espaço urbano continua condicionada pelo acumular de urbanizações densificadas e de espaços habitacionais degradados e segregados.

Agrava-se o deficit no acesso à habitação quer pela grande pressão da procura turística quer pelo aumento significativo do valor dos arrendamentos nas grandes cidades. Estimam-se entre 15 a 20 mil os alojamentos precários existentes em Portugal. A sua erradicação é, antes de mais, um problema de dignidade que afeta mais de 100 mil portugueses e que poderá facilmente ser quadruplicado se pensarmos no estado de degradação em que se encontram os inúmeros bairros sociais.

Lidamos cada vez mais com problemas generalizados de solidão, com especial incidência entre os mais idosos e em meio urbano, de esgotamento e stress profissional com a progressiva desregulação dos horários de trabalho e uma dificuldade acrescida de compatibilização entre trabalho, vida familiar e vida social.

É urgente visitar a Estratégia Nacional de Habitação que o atual governo abandonou para podermos beneficiar cerca de meio milhão de portugueses que continuam a viver em condições indignas.

A prioridade à reabilitação do edificado e ao arrendamento a preços controlados exige um plano especial de incentivos fiscais ao investimento e deve assentar na responsabilização alargada da administração central e das autarquias, mas também de senhorios e inquilinos.

UMA ECONOMIA MAIS DINÂMICA E COMPETITIVA

A economia portuguesa tem dado bons sinais de recuperação, mas esconde-se o facto de o seu crescimento ter ficado aquém do ritmo da Zona Euro e muito abaixo dos nossos mais diretos competidores. Quer isto dizer que nos afastamos da média europeia e continuamos numa posição desfavorável no índice de competitividade global.

É decisivo que Portugal retome, desde já, o processo de convergência com a média da Zona Euro, não remetendo para a próxima década um imperativo cada vez mais urgente. Para que tal se verifique o PSD defende como pilares decisivos desse crescimento: as finanças públicas equilibradas, o investimento produtivo, a inovação e as exportações de bens e serviços.

O PSD defende como pilares decisivos desse crescimento: as finanças públicas equilibradas, o investimento, a inovação e as exportações de bens e serviços.

FINANÇAS PÚBLICAS

Desde o início deste século que o aumento do peso das prestações sociais tem dominado a tendência crescente da proporção da despesa pública no PIB, tornando-se a sua principal componente com cerca de 20%.

A dificuldade em reduzir a despesa em outras áreas, tem levado a um aumento da carga fiscal para níveis muito elevados, reduzindo o rendimento disponível das famílias e fragilizando a competitividade da economia portuguesa.

O facto de Portugal ter hoje uma das dívidas públicas (em % do PIB) mais elevadas de entre todos os países desenvolvidos é um fator de incerteza para os investidores internacionais e para o bem-estar dos portugueses.

A incapacidade do Estado em assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, tendo resultado em três pedidos de resgate a instituições internacionais, é mais um sinal das dificuldades do nosso regime democrático.

Torna-se assim essencial garantir que as alterações da despesa pública são sustentáveis no médio e longo prazo.

Por outro lado, prosseguir a quimera de um crescimento assente na despesa pública e no consumo interno não confere dinamismo nem sustentação. Na atual situação das finanças públicas esse tipo de crescimento torna-se a curto e médio prazo um elevadíssimo risco de exposição a choques externos que a experiência da última crise de todo em todo rejeita.

As múltiplas pressões no seio dos partidos apoiantes do atual governo (incluindo o próprio Partido Socialista) para aumentar a despesa pública revelam-se de grande irresponsabilidade querendo fazer crer que a margem das receitas produzidas pelo crescimento económico permite, por razões “políticas e sociais”, aliviar a contenção da despesa.

Perante este cenário, o PSD reafirma a importância da sustentabilidade das contas públicas, ambicionando reduzir a despesa em percentagem do PIB, como meio para a redução da dívida pública e para a redução da carga fiscal que muito penaliza os cidadãos e as empresas. A sustentabilidade das finanças públicas é uma condição necessária para um crescimento económico mais sustentado, maior solidariedade intergeracional e maior resiliência perante os choques externos, que ciclicamente acontecem. Em suma, é uma condição para o bem-estar futuro de todos os portugueses.

CRESCIMENTO, CONVERGÊNCIA E EMPREGO

O crescimento económico é uma condição necessária para a redução do desemprego, das desigualdades e das elevadas taxas de pobreza, bem como para garantir a sustentabilidade do Estado Social. Com uma economia estagnada a igualdade de oportunidades efetiva fica em risco e diminuem as possibilidades de mobilidade social. É necessário recuperar a ambição de convergência para os níveis de rendimento dos países mais ricos da União Europeia.

As mudanças das últimas décadas na tecnologia e na globalização criaram oportunidades que não fomos capazes de aproveitar. Também não soubemos aproveitar as melhores condições de financiamento proporcionadas pela participação na Zona Euro. As políticas económicas continuaram a favorecer os sectores não-transacionáveis, com a concentração excessiva de recursos naqueles sectores.

O aumento do produto potencial da economia portuguesa requer um aumento do peso dos sectores transacionáveis.

O aumento do produto potencial da economia portuguesa requer um aumento do peso dos sectores transacionáveis. Por um lado, estes são os sectores com maior potencial de crescimento da produtividade. Por outro lado, numa sociedade em contração demográfica como a portuguesa, o crescimento do produto tem de assentar na conquista de mercados externos. O maior dinamismo da economia verificado nos últimos anos está associado aos sectores exportadores, com destaque para as empresas da indústria transformadora, o que representa sinais de uma nova trajetória e de uma potencial mudança estrutural. Porém, para que tal aconteça é indispensável que as políticas públicas, através dos incentivos à inovação e à melhoria da competitividade, promovam uma maior concentração dos recursos nos sectores exportadores.

Do mesmo modo é indispensável que essas políticas, através dos diferentes mecanismos de regulação, promovam uma redução das rendas excessivas em mercados protegidos da concorrência internacional – como são os casos dos sectores da energia e das comunicações –, de forma a melhorarem as condições de competitividade das empresas exportadoras e a contribuir para um maior bem-estar dos consumidores.

As rápidas transformações tecnológicas, associadas à Revolução Industrial 4.0, com a digitalização, a inteligência artificial, a robótica e a automação, exigem maior focagem na inovação, melhor adequação das qualificações dos trabalhadores e maior adaptabilidade às sucessivas mudanças nos sistemas produtivos.

A fixação e a capacidade de atração de talento são hoje um fator-chave da competitividade das nações. Para além de fatores como a segurança e a qualidade dos sistemas de educação e de saúde, a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho é também relevante. Portugal tem de melhorar a sua competitividade neste domínio, sendo por isso urgente adaptar o sistema fiscal à maior mobilidade do trabalho e do investimento.

A dificuldade sentida nas últimas décadas em integrar as grandes cadeias de valor globais reflete a falta de competitividade da economia portuguesa e políticas públicas inadequadas ao novo contexto da economia global. Um dos grandes desafios é, por isso, o de conseguir integrar os processos de produção das grandes cadeias de valor nas etapas com maior potencial em termos de criação de valor acrescentado. Neste contexto, ganha relevância o sistema científico e tecnológico cuja qualidade tem vindo a afirmar-se internacionalmente. A geração de conhecimento e a sua valorização e transferência para a economia têm ser uma aposta das políticas públicas.

... é indispensável que essas políticas, através dos diferentes mecanismos de regulação, promovam uma redução das rendas excessivas em mercados protegidos da concorrência internacional.

POLÍTICA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Uma política ambiental equilibrada não é um constrangimento ao crescimento económico. Pelo contrário, o aproveitamento dos recursos energéticos renováveis cujo potencial está longe de ser concretizado, exige continuidade das políticas de valorização dos recursos endógenos face à dependência externa, especialmente de combustíveis fósseis, sem desprezar o esforço de redução da elevada intensidade energética do consumo. Melhor aproveitamento dos recursos próprios e maior eficiência no consumo dos recursos importados, são vetores de mudança com elevado potencial de crescimento sustentado. Nesse sentido, impõe-se aumentar a eletrificação do consumo energético e descarbonizar a produção de eletricidade.

O enorme potencial que representa a floresta e o sector agroalimentar encontra-se limitado pela incapacidade revelada nas últimas décadas de lidar com as alterações climáticas e com os riscos acrescidos representados pelos incêndios florestais, pelas secas prolongadas e por um desleixo em relação ao valor estratégico da água. Neste último caso o combate ao desperdício é

... o aproveitamento dos recursos energéticos renováveis cujo potencial está longe de ser concretizado, exige continuidade das políticas de valorização dos recursos endógenos face à dependência externa, especialmente de combustíveis fósseis, sem desprezar o esforço de redução da elevada intensidade energética do consumo.

prioritário, nomeadamente pela redução das elevadas perdas nas diferentes redes, bem como pelo aumento dos pequenos sistemas de resame-nto de reduzido impacto ambiental.

Por parte do Estado a incosequência da sua ação é mais reveladora quando não dispomos de um cadastro atualizado do território, em que os mecanismos de controlo preventivo sempre foram sacrificados às ações remediativas, em que o desordenamento florestal é a principal causa

de risco de incêndio. Só a partir do conhecimento aprofundado do território se poderá estruturar uma política de reordenamento que valorize o património ambiental, a biodiversidade e a valorização económica dos recursos naturais.

Se, nos últimos anos, demos passos importantes no turismo urbano e costeiro, teremos de agir com mais determinação no desenvolvimento do turismo ambiental e da natureza para o que dispomos de enormes recursos, em especial nas regiões do interior que carecem de uma aposta mais sustentada por parte do Estado.

UM PARTIDO CAPAZ DE INTERPRETAR A VONTADE DOS PORTUGUESES E DE CONCRETIZAR AS REFORMAS ADIADAS

O PSD tem de refletir muito seriamente sobre o papel que quer desempenhar no futuro da sociedade portuguesa. Se quer reconquistar a confiança dos Portugueses ou se prefere consumir-se em combates internos que não têm correspondência nos problemas dos cidadãos. As políticas concebem-se a partir dos problemas vividos no dia-a-dia das pessoas, não a partir de modelos pré-concebidos onde se tentam encaixar esses supostos problemas. Os modelos são apenas visões simplificadas da realidade e instrumentos orientadores da ação política. Quando um partido deixa de saber ouvir e sentir os anseios das populações e se fecha nas suas próprias concepções e medidas, o risco de cair na ortodoxia e no enquistamento é muito elevado. Quando tal acontece perde legitimidade e implantação, reconhecimento e autoridade para concretizar a sua missão.

Por isso entendemos que o PSD precisa de se reposicionar em função do legado histórico que lhe confere identidade, da sua cultura política e implantação, e da visão e ambição indispensáveis a reganhar a confiança dos Portugueses.

PSD – UM PARTIDO REFORMISTA

A história do PSD sempre foi marcada pela coexistência de diferentes maneiras de pensar os problemas de Portugal e dos Portugueses. Entre diferentes sensibilidades e doutrinas, o PSD construiu, a partir da sua natureza interclassista, a sua principal marca identitária que é a sua cultura reformista.

Não é a primeira vez que o PSD enfrenta uma crise de representação. E nas que identificamos há duas tendências que as alimentam.

O PSD tem de saber ouvir, interpretar e congregar essas diferentes sensibilidades que se manifestam não só entre os seus militantes, mas principalmente entre os seus simpatizantes e todos aqueles que se possam rever nas suas posições.

Em primeiro lugar, o PSD perde a confiança dos Portugueses quando se desvia dos princípios fundamentais da sua matriz ideológica. Cada uma dessas referências, por si só, posiciona-o de forma rígida e confinada no espectro partidário português. Em vez de mobilizar a pluralidade de visões para a construção de soluções para os problemas da sociedade portuguesa, tende a silenciar a divergência, incomoda-se com o debate, torna-se intolerante perante a diferença. Sempre que o PSD privilegia a ortodoxia, aumenta a sua conflitualidade interna e a sua descredibilização externa. O PSD tem de saber ouvir, interpretar e congregar essas diferentes sensibilidades que se manifestam não só entre os seus militantes, mas principalmente entre os seus simpatizantes e todos aqueles que se possam rever nas suas posições.

Em segundo lugar, o PSD precisa de quebrar o progressivo fechamento a que se votou. Por isso tem dificuldade em renovar os seus quadros, em alargar a sua base eleitoral, em consolidar a sua implantação nas comunidades locais e nas respetivas autarquias. Como ficou bem demonstrado nas últimas eleições autárquicas, o PSD revelou uma inusitada dificuldade em recrutar candidatos que pudessem interpretar os problemas, as expectativas e ambições dos Portugueses e, muito em particular do seu eleitorado. Mas com esse fechamento o PSD tem vindo a perder o contributo ativo de muitos quadros que não se revêm na cultura política instalada. Ora, é urgente atrair os que na sociedade se distinguem como

inovadores e empreendedores na diversidade de domínios da sua atividade, das empresas aos serviços públicos, das organizações independentes de cidadãos às instituições de solidariedade social, dos movimentos sociais às organizações sindicais.

Revelar-se-á um grave erro político se essa renovação se fizer em torno de um inexistente conflito de gerações. Nunca na sua história o PSD se afirmou através de ruturas geracionais.

O PSD só se renovará se se abrir à sociedade, se encurtar a distância que o separa do cidadão comum, se se organizar para incluir e não para excluir quem dele se pretende aproximar.

Revelar-se-á um grave erro político se essa renovação se fizer em torno de um inexistente conflito de gerações. Nunca na sua história o PSD se afirmou através de ruturas geracionais. Sempre o conseguiu quando à experiência dos mais velhos soube aliar a capacidade de inovação e o entusiasmo dos mais novos. Inovação e experiência são pilares fundamentais que ligam no presente, o passado e o futuro.

Por isso o PSD precisa de se reencontrar consigo próprio para se reposicionar no lugar que é seu: num centro político alargado que vai do centro-direita ao centro-esquerda, de orientação reformista e com inspiração na social-democracia e no pragmatismo social.

PSD – UM PARTIDO DE BASES

Se quisermos avaliar a dinâmica de implantação do PSD no País basta comparar os resultados obtidos nas últimas eleições autárquicas de 2017 com os apurados em 2005. O número de presidentes, eleitos e votantes para as câmaras municipais expressa uma incontestável tendência descendente. Nos últimos doze anos perdemos poder de representação ao nível que está mais próximo do cidadão eleitor.

Esta tendência só pode ser interpretada como a perda progressiva das suas bases, do ativismo dos seus militantes e dirigentes locais, do esvaziamento das suas sedes enquanto espaço de socialização política e de mobilização. Quebrámos os laços mais fortes que nos uniam aos nossos eleitores, simpatizantes e militantes.

Hoje os partidos políticos portugueses estão cada vez mais fechados sobre si próprios e dependentes dos especialistas em ganhar as guerras internas - mas que não conquistam a confiança dos eleitores – e em explorar a exposição mediática: basta uns tantos debates televisivos, um lugar fixo de comentador ou uns artigos de opinião - seja sobre o que for - para se tornarem “figuras públicas”, logo candidatos potenciais a um lugar político.

Ninguém lhes pergunta pelo seu passado, pela sua profissão e atividade, pelo seu curriculum, pelo seu contributo para o desenvolvimento da sociedade, pelas suas ideias e opções políticas. Basta, tão e só, que sejam “figuras mediáticas”.

A mudança no PSD terá de começar pelas suas bases porque essas fazem parte da cultura e da identidade social-democrata. É a partir das bases que se pode ganhar o País, a confiança dos eleitores e a oportunidade de concretizar um programa ambicioso de reformas e de desenvolvimento para Portugal.

Para isso precisamos de em pouco menos de um ano e meio preparar-nos para a primeira vitória nas eleições europeias de Junho de 2019. Desse sufrágio retiraremos o primeiro sinal para nos tornarmos o partido mais votado nas legislativas de Outubro de 2019 e dois anos depois queremos começar a recuperação da implantação autárquica do PSD.

Até lá temos muito trabalho pela frente que terá de envolver todos os militantes e dirigentes, da base até ao topo, irmanados da vontade de devolvermos o PSD aos Portugueses.

Esperamos da Juventude Social-democrata a irreverência, o dinamismo, a capacidade de inovar na prática e na cultura política através das ideias e da ambição de construir um País de maiores e melhores oportunidades para as novas gerações. Há que reforçar a nossa posição no movimento estudantil, especialmente

A mudança no PSD terá de começar pelas suas bases porque essas fazem parte da cultura e da identidade social-democrata. É a partir das bases que se pode ganhar o País, a confiança dos eleitores e a oportunidade de concretizar um programa ambicioso de reformas e de desenvolvimento para Portugal.

o universitário, ter a capacidade de atrair os jovens talentos nos mais variados domínios da vida social e investir na formação dos quadros que virão a ser os futuros dirigentes do partido. Ao longo da sua história, o PSD sempre soube entender a importância dos jovens e o papel de relevo que eles têm de assumir, e é, por isso, que a JSD continua, como sempre, a ser a maior organização partidária de juventude em Portugal.

Queremos voltar a ter uma voz reconhecida e respeitada no movimento sindical para o que contamos com os Trabalhadores Social-demo-

cratas, da sua experiência e da sua capacidade para construir pontes e compromissos em defesa dos trabalhadores portugueses.

Na ação dos Autarcas Social-democratas depositamos a esperança de por eles passar o desafio de reconstruir um novo PSD a partir de bases renovadas. Para termos uma vitória em 2021 teremos de começar a trabalhar já, definindo uma estratégia de afirmação do poder local como pilar decisivo da ação política e de concretização bem sucedida de uma grande parte das ideias contidas nesta proposta.

Contamos com o contributo das Mulheres Social-democratas, que constituem uma alavanca de mobilização e renovação do PSD.


Um PSD renovado e mobilizado em torno de um mesmo propósito: fazer de Portugal um exemplo de pioneirismo e de ambição na construção de um futuro melhor para todos.

Dezembro de 2017



www.ruirio.pt

 [/ruirio.ehoradeagir](https://www.facebook.com/ruirio.ehoradeagir)

 [/ruiriohoraagir](https://twitter.com/ruiriohoraagir)

 [/ruirio.ehoradeagir](https://www.instagram.com/ruirio.ehoradeagir)

 [youtu.be/r4o0EzVxWsQ](https://www.youtube.com/channel/UCr4o0EzVxWsQ)

